

NOTA DE ESCLARECIMENTO

EQR CAPITAL

Em atenção ao contato encaminhado, a EQR apresenta os esclarecimentos abaixo, ressaltando que determinadas perguntas partem de premissas não confirmadas, carecem de individualização documental ou envolvem informações protegidas por deveres de confidencialidade.

1. Qual é a posição da EQR sobre as seis decisões judiciais?

Até o presente momento, a EQR não foi formalmente citada ou intimada acerca das decisões mencionadas no e-mail. Além disso, não foram informados os números de todos os processos, o inteiro teor dos pronunciamentos judiciais ou os respectivos contextos processuais.

2. A empresa confirma que interrompeu pagamentos ou resgates de investidores? Em caso positivo, por quê?

A EQR não confirma a existência de uma interrupção geral e indiscriminada de pagamentos ou resgates.

Eventuais intercorrências operacionais ou divergências pontuais estão sendo analisadas e tratadas individualmente, de maneira organizada e diretamente com cada cliente.

3. Por que contratos assumidos pela EQR após a transferência de carteiras da Bank Private deixaram de ser reconhecidos pela empresa?

Os documentos e as tratativas mantidos entre a EQR e a Bank Private estão sujeitos a obrigações de confidencialidade, não podendo ser expostos ou debatidos publicamente sem a observância dos limites jurídicos e contratuais aplicáveis. Nesse contexto, causa preocupação e estranhamento a referência, na consulta jornalística, a informações supostamente extraídas de relações contratuais confidenciais, cuja origem, integridade e contextualização não foram esclarecidas nas perguntas.

4. O painel da EQR registrava parcelas vencidas e não pagas? Qual é a explicação para esses registros?

A pergunta não contém elementos suficientes para uma resposta objetiva, porquanto não é possível saber sobre qual “painel” ou “parcelas vencidas e não pagas” a matéria está tratando.

5. Como foi financiada a aquisição do haras em São Pedro, registrado pelo valor de R\$ 35 milhões?

As informações relativas à aquisição, à titularidade, à cadeia dominial e aos eventuais ônus incidentes sobre o imóvel são públicas e constam da respectiva matrícula imobiliária, podendo ser consultadas por qualquer interessado perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.

6. Por que outro imóvel da empresa foi oferecido em garantia a um terceiro no mesmo período?

A pergunta, tal como formulada, não permite a identificação do negócio jurídico mencionado. Não foram informados o imóvel, o período exato, a natureza da garantia, a identidade do suposto terceiro ou o instrumento contratual ao qual a matéria se refere. Assim, é impossível responder a uma mera especulação.

7. A ordem de despejo envolve a sede da EQR? Qual é o valor dos aluguéis cobrados e qual é a situação atual do imóvel?

Até o presente momento, a EQR não recebeu comunicação oficial ou intimação formal acerca de qualquer ordem de despejo.

8. A EQR considera que possui recursos e patrimônio suficientes para pagar os investidores?

A EQR possui patrimônio e recursos sólidos, bem como estrutura econômica firme e não há nenhum indicativo de comprometimento das obrigações assumidas. Patrimônio e ativos vinculados às operações da EQR, igualmente, podem ser consultados abertamente por qualquer interessado.

9. Qual é a resposta da empresa à afirmação de que sua operação apresenta características de fraude patrimonial ou pirâmide financeira?

A EQR rejeita de maneira expressa e categórica essa afirmação, que considera grave, precipitada e desprovida de demonstração técnica. As operações da EQR são formalizadas por instrumentos contratuais com objeto lícito, condições econômicas expressamente pactuadas e mecanismos de garantia juridicamente identificáveis, bem como as rentabilidades são conhecidamente comuns no mercado. A empresa atua por meio de estruturas negociais submetidas à legislação civil, empresarial, societária e financeira aplicável, inexistindo elemento concreto que autorize a imputação divulgada. A reprodução dessa informação enviesada como fato comprovado poderá causar danos relevantes à reputação da empresa, de seus colaboradores, clientes e parceiros, razão pela qual se espera que eventual publicação observe rigorosamente os deveres de veracidade, diligência, equilíbrio e adequada distinção entre fatos, alegações e opiniões de terceiros.

10. A EQR pretende recorrer das decisões?

Quando formalmente cientificada das decisões e após obter acesso integral aos respectivos autos, se existirem, a EQR promoverá a análise jurídica individualizada de cada caso e adotará as providências processuais que se mostrarem adequadas.